

Praia Acessível fecha o verão com recorde de atendimentos e relatos emocionantes

19/02/2026

Verão Maior Paraná

O programa do Governo do Estado que amplia o acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida a um banho de mar, ou de rio, coleciona histórias marcantes de alegria e emoção. No verão deste ano, o Praia Acessível registrou o recorde de atendimentos desde que foi implementado, em 2016. Em pouco mais de 40 dias de funcionamento no Verão Maior 2025/2026, foram contabilizados 1.786 atendimentos em pontos do Litoral e das praias de água doce do Interior do Paraná.

As cadeiras anfíbias utilizadas no programa são projetadas para garantir segurança e conforto aos usuários, com rodas especiais para areia e água, cinto de segurança regulável, apoio cervical e estrutura flutuante. O atendimento é realizado por profissionais de Educação Física e equipes capacitadas, que acompanham os participantes durante toda a atividade, promovendo autonomia, inclusão e momentos de convivência em família.

A iniciativa é coordenada pela Secretaria do Desenvolvimento Social e Família (Sedef), em parceria com a Sanepar e a Secretaria do Esporte. “É uma oportunidade ímpar de inclusão, de interação com as famílias e, principalmente, de oferecer um verão mais inclusivo e igualitário”, afirma o secretário do Desenvolvimento Social e Família, Rogério Carboni. “Ouvimos continuamente histórias de pessoas que há anos não podiam entrar no mar e nos relatam com alegria as suas sensações”.

Nesta edição, o Praia Acessível contou com uma estrutura ampliada, incluindo 11 cadeiras anfíbias. Os equipamentos foram distribuídos em postos de atendimento no Litoral, na Costa Noroeste e na Costa Oeste do Estado. No Litoral, o atendimento ocorreu nos municípios de Matinhos, Guaratuba e Pontal do Paraná. Já nas regiões de água doce, a ação esteve presente em Marilena (Porto Maringá) e São Pedro do Paraná (Porto São José), na Costa Noroeste, além de Marechal Cândido Rondon, na Costa Oeste.

- **Verão Maior: Bibliopraia encerra temporada no Litoral com mais de 6 mil visitantes**

Ana Kobayashi reencontrou no programa a possibilidade de voltar a viver o mar, uma de suas maiores paixões. Aos 69 anos, aposentada e moradora do município de Pontal do Paraná, ela é cadeirante há três anos e meio, após a amputação de uma perna em decorrência de complicações de saúde iniciadas ainda na infância.

Ana conta que sempre teve uma forte ligação com o oceano e foi isso que a motivou a realizar o sonho de morar perto da praia. Após perder a cartilagem do joelho aos cinco anos de idade e passar por diversas cirurgias ao longo da vida, ela optou pela amputação como forma de preservar sua qualidade de vida. O prazer de nadar e frequentar ao mar foi devolvido pelo programa. Ana se tornou presença constante na praia, onde participou das atividades desde o início da temporada.

"É uma a experiência que me traz uma alegria imensa. Estar no mar representa bem-estar, liberdade e a retomada de algo essencial em minha vida", define.

- **Verão Maior Paraná gera movimentação de R\$ 686 milhões no comércio do Litoral**

Professora formada pela Universidade Federal do Paraná, moradora de Matinhos, Emanuelle Araújo, de 32 anos, só consegue entrar no mar graças ao programa Praia Acessível, do qual participa desde 2018. Ela tem paralisia cerebral, condição que compromete a coordenação motora do lado esquerdo do corpo e a fala, consequência de uma intercorrência durante o parto.

Nascida e criada no Litoral, Emanuelle enfrentou a perda da funcionalidade corporal, o que tornou o acesso à praia cada vez mais difícil. Durante o ano, sem a estrutura do Verão Maior Paraná, ela não consegue tomar banho de mar, o que torna a experiência ainda mais esperada e emocionante. "O contato com a água salgada tem efeito terapêutico em mim, ajuda a aliviar espasmos musculares e proporciona relaxamento. Por isso esse o programa é tão importante para o meu bem-estar e a para inclusão de pessoas com deficiência", afirma.

Roberta Bigliardi, de 58 anos, ex-técnica em enfermagem e atualmente aposentada, é outra que voltou a sentir o sabor das ondas após quatro anos, graças ao Praia Acessível. Ela sofreu um AVC hemorrágico e ficou com o lado esquerdo do corpo comprometido. Com fisioterapia, recuperou os movimentos do braço, mas ainda não consegue movimentar a perna. Antes deste

acontecimento, viveu na Ilha do Mel, onde o mar fazia parte de sua rotina.

A oportunidade surgiu após conhecer o programa por meio da família, que a levou para participar da ação durante este verão. A experiência marcou um reencontro emocional. “Foi muito bom, uma felicidade enorme”, relata Roberta, destacando a importância da iniciativa para as pessoas.

O sentimento é semelhante ao da professora Josete do Carmo Bodi, 65 anos, moradora de Curitiba. Ela celebra a oportunidade de ver o filho João Paulo Tigrim, de 45 anos, entrar no mar na vida adulta. João Paulo, que nasceu com deficiência e sempre teve mobilidade reduzida, frequenta o Litoral paranaense desde bebê. Na infância, o contato com o mar era mais fácil, mas na fase adulta o acesso se tornou restrito. A mudança veio há cerca de três anos, quando a família conheceu o uso da cadeira anfíbia.

“O Programa Praia Acessível representa inclusão, qualidade de vida e a realização de um direito básico ao lazer para pessoas com deficiência”, diz a mãe.

- **Com nova liberação, Estado alcança R\$ 200 milhões para ações da infância e adolescência**

PARCEIROS – Representantes dos órgãos parceiros da Sedef na iniciativa do Praia Acessível também destacam a importância do programa. “Participar desta iniciativa é motivo de grande satisfação para a Sanepar. O acesso ao mar deve ser um direito pleno para todos. Por isso, ao oferecermos essas cadeiras, asseguramos que o lazer seja inclusivo e seguro, promovendo o bem-estar do veranista e de seus familiares”, afirma o diretor-presidente da Companhia, Wilson Bley.

O diretor de inovação e desenvolvimento da Secretaria do Esporte, Tiago Campos, destaca que a disponibilização da cadeira anfíbia reforça o compromisso do Governo do Estado com a inclusão e a acessibilidade nos postos das arenas. “A cadeira anfíbia é mais uma ação que demonstra a sensibilidade das nossas arenas de governo, garantindo que pessoas com mobilidade reduzida, idosos e pessoas com deficiência possam aproveitar o banho de mar com tranquilidade, segurança e dignidade. Essa é uma preocupação permanente do Verão Maior Paraná, não apenas com a estrutura, mas também com as equipes que realizam o atendimento”, diz.

PROGRAMA EM EVOLUÇÃO – O professor e pesquisador Luiz Fernando de Figueiredo, do Programa de Pós-Graduação em Design da Universidade Federal

de Santa Catarina, avalia que o Praia Acessível é uma política pública essencial porque atua diretamente no ponto em que a exclusão das pessoas com deficiência se produz: na relação entre corpo, espaço e cidade.

A partir de sua própria experiência como pessoa paraplégica, ele ressalta que o vínculo com o mar não desaparece, mas o acesso é interrompido por falhas estruturais do ambiente urbano. Para ele, o programa se destaca por se traduzir em ações concretas, ao oferecer infraestrutura, equipamentos e equipes preparadas. “Programas como o Praia Acessível são fundamentais porque materializam o direito à cidade, transformando inclusão, cidadania e dignidade em infraestrutura concreta”, avalia.

Figueiredo afirma que o lazer acessível deve ser entendido como um direito fundamental, com impactos diretos na saúde e no bem-estar das pessoas com deficiência. “O contato com o mar proporciona benefícios físicos, emocionais e simbólicos, ao mesmo tempo em que rompe com a exclusão social. Mais do que uma atividade de lazer, a experiência representa pertencimento e reconhecimento social. O banho de mar ultrapassa a dimensão recreativa e passa a representar pertencimento, visibilidade e cidadania.”

Para o pesquisador, o modelo pode ser replicado em outros estados e períodos do ano, desde que mantenha uma abordagem sistêmica e estruturante. “Quando replicados com base em princípios de acessibilidade universal e continuidade institucional, esses programas deixam de ser experiências isoladas e passam a orientar políticas públicas permanentes”, afirma.